



P. Oliveira^(a)

O contributo dos atores políticos e das instituições regionais para uma especialização inteligente nas áreas rurais: o caso do Vale do Tejo.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o contributo dos atores institucionais e políticos para uma especialização inteligente em meio rural, tomando como caso de estudo a fileira agroalimentar do Vale do Tejo. Neste sentido, analisam-se os fatores de natureza institucional suscetíveis de condicionar o desempenho da inovação nessa fileira e nessa região. Prova-se que o Estado exerce uma influência positiva na dinamização da inovação rural, mas carece de uma atitude mais proactiva e menos rígida em matéria de procedimentos administrativos. Urge, pois, o reforço da confiança e proximidade entre os ‘stakeholders’, nos termos formulados.

Palavras chave: Eficiência coletiva, espessura institucional, especialização inteligente, redes de inovação

The contribution of regional institutions and political actors to a smart specialization in rural areas: the case of Tagus’ Valley

Abstract

The purpose of this article is to analyze the contribution of institutional and political actors for a smart specialization in rural areas, taking as a case study the agro-alimentary supply chain of Tagus’ Valley. In this sense, it examines the institutional factors conditioning innovation performance in that supply chain and in that region. The research made proves that the State exerts a positive influence on the promotion of innovation, but lacks a more proactive attitude and less rigidity in terms of administrative procedures. Hence the need to strengthen trust and proximity between stakeholders, in accordance with the terms formulated.

Keywords: Collective efficiency, institutional thickness, smart specialization, innovation networks

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa escrutinar o modo de cooperação entre agentes empresariais, associativos e institucionais ligados à fileira agroalimentar do Vale do Tejo e o seu eventual impacto nas

(a) Departamento de Ciências Sociais e Organizacionais/Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, Instituto Politécnico de Santarém e Dinâmia’CET-IUL, pedro.oliveira@esg.ipsantarem.pt.

dinâmicas da inovação das respetivas empresas. Tal análise tem como referencial teórico e conceptual a ligação entre os conceitos de espessura institucional, eficiência coletiva e especialização inteligente, à luz das teorias evolucionista, dos custos de transação, do desenvolvimento regional endógeno e da escolha pública.

Complementarmente, a partir da evidência recolhida, adotando a perspetiva territorial da inovação, o estudo visa expor um conjunto de propostas ao nível das políticas públicas em ordem a consolidar um modelo de especialização inteligente conforme preconizado na *Agenda Horizonte 2020* (Comissão Europeia, 2014a). Neste contexto, a questão geral de investigação está em saber se tem existido a necessária cooperação institucional, dando relevo ao modo de atuação das diversas entidades públicas ligadas à governança territorial e à produção e difusão do conhecimento.

Como objetivos específicos pretende-se descrever a rede intrincada de interações mercantis e não mercantis entre agentes empresariais, dedicados às atividades primárias e de primeira transformação, e os agentes institucionais (organismos da administração central e local, e centros de ensino, de investigação e de formação) e associativos. Em pormenor, buscam-se evidências acerca das relações entre agentes económicos e políticos de modo a serem extraídas ilações quanto à eficácia e eficiência dos instrumentos de políticas públicas dirigidas à promoção da competitividade territorial.

O contributo desta investigação aplicada reside na concretização de propostas empiricamente fundamentadas de atuação para as instituições ligadas à Administração Pública (governos central e local), em ordem a melhorar o ecossistema de inovação e de internacionalização. Tais propostas assumem-se como urgentes numa região predominantemente rural cujo desenvolvimento (sustentável) enfrenta desde há três décadas riscos associados à globalização e à metropolização (Piore e Sabel, 1984; Veltz, 2000; Brezzi, Dijkstra e Ruiz, 2011; ESPON, 2013).

O artigo está organizado em cinco secções: introdução; enquadramento teórico e empírico; metodologia - compreendendo as subsecções de procedimentos nas entrevistas e na realização do inquérito, amostragem, mensurabilidade e indexação das variáveis; resultados e conclusão.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E EMPÍRICO

Ao investigar-se a (in)capacidade das instituições para dinamizar a inovação num dado território importa atender ao conceito de *eficiência coletiva*, concebido como “vantagem competitiva das aglomerações de atividades, ou ‘clusters’, encarados como redes de inovação dado que actuam como fator de promoção da cooperação entre atores, acelerando a produção, evolução e partilha de conhecimento e a maior eficiência na utilização dos recursos” (Schmitz, 1999 citado por Chorincas et al., 2011, p. 316). Essa vantagem deriva “das economias externas locais (espontâneas ou passivas) e da acção conjunta dos atores socioeconómicos (deliberada ou activa)” (Schmitz, 1999 citado por Chorincas et al., 2011, p. 316). Entre tais atores encontra-se uma assinalável variedade de instituições com um foco de intervenção regional e setorial, como dão conta Amin e Thrift (1994) ao invocarem uma adequada “espessura institucional (local)” para explicar o sucesso dos “nós Marshallianos”¹.

A dita *espessura* é definida como uma combinação de fatores incluindo interação interinstitucional e sinergia, representações coletivas partilhadas por muitos organismos, um objetivo industrial comum, e normas e valores culturais comuns. A sua existência reforçará a confiança entre os atores, inibindo o individualismo e a lógica estritamente setorial de interesses. Em última análise, estimulará o empreendedorismo local e consolidará a ancoragem socioterritorial de uma fileira, ou segmento de fileira, exposta à competição global (Polany, 1944; Granovetter, 1985; Torre, 2000).

Tais conceitos alinham-se com uma conceção que desde a década de 1980 tem vindo a firmar-se na comunidade científica com a consolidação do paradigma da Economia do Conhecimento nas estratégias de competitividade regional (OCDE, 1996 e 2005) e com a integração de diversos corpos teóricos ligados à inovação de base territorial como os sistemas territoriais/meios inovadores e as redes de inovação:

¹ Os autores referem-se a aglomerações espaciais com importância nacional, ou mesmo supranacional, enquanto *centros de representação* porquanto são o foco de criação e crenças e debates acerca das fileiras competitivas a nível global e seus desenvolvimentos futuros (design, desenvolvimento de produto e práticas de gestão). São, também, centros de *socialização* ao possibilitar a interação necessária à recolha de informação, estabelecimento ou preservação de alianças estratégicas e monitorização da confiança. Donde, se assumem como polos de conhecimento, criatividade e inovação.

“The business sector, the science sector, and policy actors are involved in this [innovation] process as has been stressed in concepts such as innovation systems and the network approach” (Tödtling, Lehner e Kaufmann, 2009, p. 59).

Na sua essência está a conceção da inovação como fruto de um processo de permuta do conhecimento e aprendizagem coletiva que requer proximidade e interações mercantis e não mercantis (Nelson & Winter, 1982; Dosi, 1988; Camagni, 1991; Storper, 1997; Kirat & Lung, 1999; Torre & Gilly, 2000; Doloreux, 2003; Cooke et al., 2004; Boschma, 2005; Jensen et al., 2007; Tödtling & Trippl, 2012).

Na mesma linha de pensamento situa-se a abordagem da especialização inteligente (Foray et al., 2009 e 2011; Arancegui et al., 2012; Midtkandal & Sörvik, 2012; OCDE, 2013; Comissão Europeia, 2014a), na qual se admite a necessidade de intervenção pública para ultrapassar embaraços na interação entre o sistema científico e tecnológico e as empresas de modo a agilizar a transferência de conhecimento e impulsionar o empreendedorismo nas áreas tecnológicas. Trata-se de um marco enquanto proposta para as estratégias de competitividade regional numa lógica de especialização produtiva sustentada na eficiência dos sistemas regionais de inovação, sendo de notar as seguintes características:

- i. Foco no processo de autodescoberta, ou de descoberta empreendedora (abordagem ‘*bottom-up*’), pelo qual o empreendedor se apercebe de que um bem ou atividade, existente ou não noutra região, poderá vir a ser produzido localmente, com algumas variantes e possivelmente a um custo mais baixo;
- ii. Foco em atividades associadas a tecnologias específicas ou a combinações destas, a capacidades específicas, ativos naturais, etc. É, assim, desejável que o empreendedor seja capaz de identificar novas atividades, combinando o conhecimento existente a nível científico e tecnológico com os recursos industriais e capacidades endógenas da região, suscetíveis de gerarem novas oportunidades de negócio;
- iii. Ao nível da avaliação e monitorização das políticas públicas de incidência regional decorre a necessidade dos decisores desenvolverem uma avaliação rigorosa com base em indicadores de sucesso sobre os resultados tangíveis da I&D (Investigação e Desenvolvimento) e da inovação no âmbito empresarial (protótipos, fábricas-piloto,

Tabela I - Quocientes de localização de atividades agrícolas no Vale do Tejo face ao território continental (dados relativos a 2009).

Grupos de atividades agrícolas (CAE Rev.3) ²	Peso relativo por grupo no universo de estabelecimentos do continente (1)	Peso relativo por grupo no universo de estabelecimentos da região (2)	Quociente de localização por grupo de atividades ³ (2) / (1)
011- <i>Culturas temporárias</i>	1,11%	2,94%	2,65
012- <i>Culturas permanentes</i>	0,62%	0,54%	0,87
013- <i>Cultura de materiais de propagação vegetativa</i>	0,02%	0,03%	1,33
014- <i>Produção animal</i>	0,53%	1,26%	2,37
015- <i>Agricultura e produção animal combinadas</i>	0,88%	1,22%	1,39
016- <i>Atividades dos serviços relacionados com a agricultura e com a produção animal</i>	0,30%	0,42%	1,41
Total	3,47%	6,41%	1,85

Fonte: Cálculos baseados em dados obtidos junto do Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (sob pedido nº 293/2011, de 23 de Março de 2011).

3. METODOLOGIA

A metodologia de investigação residiu fundamentalmente no estudo de caso, de natureza explanatória (Vieira, Major e Robalo, 2009, p.145). Tal é legitimada pelo facto de se partir do corpo teórico invocado no capítulo anterior para descrever minuciosamente as relações paralelas ao mercado entre agentes empresariais da fileira agroalimentar do Vale do Tejo e respetivos ‘*stakeholders*’, com especial relevo para os atores políticos locais. Significa, pois, que se pretendeu captar particularidades acerca dos comportamentos estratégicos de cooperação e competição intra e inter-organizacional, sem querer generalizar a outros contextos socio-territoriais.

Para efeitos de recolha de evidência, a partir de técnicas qualitativas, procedeu-se à “triangulação” das diversas fontes utilizadas à luz da metodologia referida (Vieira, Major e Robalo, 2009, p.152):

- a) Entrevistas semiestruturadas a empresários, gestores, dirigentes associativos e autarcas (nas condições descritas na secção 3.2).
- b) Observação direta (i.e. um contato direto com as práticas inovadoras nas respetivas explorações agrícolas e unidades industriais);

² A abreviatura designa a Classificação das Atividades Económicas (Revisão 3), que vigora em Portugal desde 2008.

³ Caso seja superior ao valor unitário está-se na presença de uma aglomeração (concentração espacial) de empresas (ou estabelecimentos, conforme o enfoque da análise) com registo comercial nessas atividades.

- c) Pesquisa de documentação oficial (legislação comunitária que regulamenta os mercados agrícolas, de bens alimentares e de bebidas de origem agrícola);
- d) Recolha de artigos publicados na imprensa regional, versando sobre as atividades económicas de interesse;
- e) Inquérito aos empresários e gestores de sociedades intervenientes nos mercados atrás referidos.

Todavia, reconhece-se a possível falta de rigor e a subjetividade inerente ao método de recolha de dados, bem como o de fornecer reduzida base para generalizações estatísticas (Yin, 2003). Face a esta limitação optou-se por complementarmente seguir uma linha positivista de investigação, tendo-se procedido a uma análise inferencial acerca do comportamento da inovação face a possíveis fatores explicativos de natureza institucional, específicos e externos ao Vale do Tejo.

3.1. PROCEDIMENTO NAS ENTREVISTAS

Dada a elevada diversidade de agentes (empresariais, institucionais e políticos) e a maior abundância de atividades agrícolas e agroindustriais na Lezíria do Tejo face ao Médio Tejo, optou-se por circunscrever a realização das entrevistas à primeira destas sub-regiões. O painel de entrevistados foi constituído por representantes do poder local e agentes económicos associados à fileira agroalimentar sob análise.

As entrevistas demoraram, em média, cerca de duas horas e realizaram-se nos locais de trabalho do entrevistado, sem que as questões se fixassem exclusivamente num guião previamente preparado. Tal permitiu que fossem levantadas questões não contempladas *a priori*, explorando-se assuntos que só poderiam ser despoletados em função da sabedoria e conhecimento tácito dos entrevistados acerca das dinâmicas empresariais e da atuação do poder central e local.

No caso dos autarcas recolheu-se informação muito rica alusiva a aspetos como o alcance das medidas de proteção social desenvolvidas pelas respetivas autarquias - nomeadamente em concelhos com maior índice de envelhecimento da população. Foi possível, também, ter uma perceção mais fiel do estado de tensão muitas vezes vivido entre os dirigentes municipais e as diversas entidades ligadas ao ambiente e ao ordenamento do território - em particular, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Comissão da Reserva Ecológica Nacional. Note-se que os

entrevistados representavam a maioria dos municípios da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Salvaterra de Magos e Santarém).

Em relação aos representantes do tecido empresarial houve o cuidado de entrevistar apenas pessoas com responsabilidade de gestão, respeitando a heterogeneidade de atividades, dimensão e formas jurídicas. Relativamente ao conteúdo procurou-se avaliar: *i)* a intensidade e diversidade de formas de inovação no seu negócio; *ii)* o grau de confiança depositado nas instituições do Estado (organismos da administração central e local, instituições de ensino superior, centros de formação profissional e centros de I&D) e nos demais ‘*stakeholders*’; *iii)* o seu modo de inserção na cadeia de valor inerente ao setor agroalimentar implantado na região.

3.2.PROCEDIMENTO NA REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO

A realização do inquérito decorreu entre Junho de 2010 e Março de 2011 e respeitou as diretrizes estipuladas no capítulo 8 do *Manual de Oslo* (OCDE/Eurostat, 2005, pp. 122-123). Recorreu-se, então, a uma abordagem direta junto de pessoas aptas a responder com conhecimento relevante acerca das matérias em questão. O acesso às mesmas contou muitas vezes com a ajuda preciosa de interpostas pessoas conhecedoras das organizações de interesse. A área geográfica de cobertura correspondeu à quase totalidade dos concelhos que compõem a região do Vale do Tejo, com a exceção de Vila Nova da Barquinha, Ourém, Constância e Sardoal (que, em superfície, não chegam a representar 10% de todo o território em observação).

Por razões de ordem técnica – exhaustivamente explanadas em Oliveira (2013), secções 6.1.1 e 6.1.2 – o estudo realizado só pode ser considerado representativo relativamente à população *acessível*. Dado o seu carácter holístico houve necessidade de estratificar a população de interesse consoante o papel exercido na fileira: *i)* *produtores agrícolas* (empresários em nome individual e sociedades); *ii)* *organizações/agrupamentos de produtores*; *iii)* *cooperativas agrícolas* (não reconhecidas como organizações de produtores); *iv)* *adegas cooperativas*; *v)* *agroindústrias* (dedicadas à primeira transformação da matéria-prima agrícola); *vi)* *empresas agroalimentares*, tendo como atividade principal o comércio por grosso de bens alimentares destinados a consumo humano (não obstante poderem exercer uma atividade de transformação no âmbito da indústria alimentar). Tal estratificação veio condicionar o processo de amostragem (secção 3.2).

A entrega e a receção do questionário – apresentado em Oliveira (2013), anexo XIV – foram efetuadas por correio eletrónico. Todas as perguntas, no total de 47, eram fechadas (de tipo binário, de escolha múltipla e ordinal). Os questionários rececionados identificavam a organização (firma, local da sede ou estabelecimento, atividades de registo comercial, dimensão consoante o quadro de pessoal) e da pessoa respondente (nome e categoria na organização). Primordialmente foram atendidas as organizações vocacionadas para as atividades nucleares da fileira de interesse, independentemente da sua dimensão ou forma jurídica.

Para efeito de controlo de qualidade nas respostas usou-se o seguinte procedimento:

- i) Inclusão de guias de resposta através de mensagens propositadamente colocadas no questionário;
- ii) Comparação lógica das respostas dadas nas questões que se correlacionam face ao conteúdo das mesmas.

Nos raros casos em que se detetou incoerência voltou-se a contactar o respondente no sentido de esclarecer cabalmente o equívoco.

3.3.AMOSTRAGEM

Como estratégia de amostragem refira-se que esta foi *não probabilística* no caso dos produtores agrícolas dada a impossibilidade de conhecer o respetivo universo. Não foi possível obter junto do Instituto Nacional de Estatística uma contagem rigorosa face à mudança das regras de classificação das atividades agrícolas decorrente da introdução da CAE Rev.3 (em 2008). Os dados disponibilizados reportavam-se a Dezembro de 2005. Em todo o caso, optou-se por fazer uso dos mesmos para se perceber quais os concelhos com maior incidência destas atividades. Estes foram privilegiados para efeito de aplicação do questionário salvaguardando-se, apesar das referidas dificuldades, a representatividade da amostra inquirida.

A identificação das unidades elegíveis para o inquérito foi ditada pela orientação dada por coordenadores e/ou gestores das seguintes entidades: Associação dos Agricultores do Ribatejo; Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação; Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo; Associação dos

Agricultores de Charneca; Comissão Vitivinícola da Região do Tejo; Caixa Geral de Depósitos; Banco Português de Investimentos e Centro de Formação Profissional de Santarém. Importa destacar que foram identificados casos notáveis de empresários e sociedades graças, também, aos autarcas, chefes de gabinete e vereadores entrevistados.

Além do recurso a especialistas, recorreu-se à técnica da ‘bola de neve’ no que respeita às categorias empresariais em estudo com maior expressão numérica – produtores agrícolas, agroindústrias e empresas agroalimentares. Exceção para as organizações/agrupamentos de produtores, cooperativas agrícolas e adegas cooperativas, tendo-se inquirido os universos respetivos – perfeitamente identificados por via de documentos públicos relativos aos fundos setoriais de financiamento atribuídos pela União Europeia.

O processo descrito na secção anterior traduziu-se na recolha de 110 questionários válidos provenientes das 135 entidades solicitadas a participar no estudo. Destas 135, 4% recusaram participar. Consequentemente, a taxa de resposta obtida cifrou-se nos 82%.

A composição da amostra observada, por atividades principais e/ou secundárias de relevo, é a que consta da tabela II. Por repartição geográfica, os concelhos mais representados são: Santarém (17.3%); Almeirim (15.5%); Alpiarça, Benavente e Salvaterra de Magos (9.1% cada). As microempresas representam 49.1%, seguindo-se as pequenas empresas (37.3%), as médias empresas (10.9%) e, por último, as grandes empresas (2.7%). Apenas 13.6% do total estavam inseridas em grupos empresariais.

Tabela II - Composição por categoria de agentes da fileira agroalimentar do Vale do Tejo.

<i>Categoria de agente</i>	<i>%</i>
Produtores	56.4
Organizações ou agrupamentos de produtores	14.5
Cooperativas agrícolas (sem o estatuto de OPR)	4.5
Adegas cooperativas	4.5
Agroindústria	15.4
Agroalimentar	2.7
Fornecedores	0.9
Associações de agricultores	0.9

3.4.MENSURABILIDADE E INDEXAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Primeiramente estabeleceu-se uma lista de variáveis principais a medir (dependentes e explicativas) para as quais foram identificadas variáveis de observação direta e respetivos itens

acompanhados de escalas de pontuação (binária e de Likert) – pormenorizadas em Oliveira (2013), anexo XIII. Como variável dependente (complexa) escolheu-se o *desempenho* em *inovação*, estruturada em 5 dimensões elementares (produto, processo, organizacional, marketing e investimento em atividades relacionadas) sendo que o desempenho empresarial em cada uma delas é medido em função de diversas variáveis de observação direta⁴.

Para se obter o valor das variáveis relativas às dimensões elementares da inovação começou-se por pontuar (*‘score’*) as variáveis de observação direta afetas a cada uma delas, em função das escalas de pontuação estabelecidas para o respetivo item. De seguida, somaram-se os respetivos *‘scores’* parciais e apurou-se o *‘score’* total da dimensão em causa. O valor do desempenho global da inovação foi determinado como a média aritmética simples das 5 dimensões elementares.

Por motivo de comparabilidade, todos os valores foram convertidos para uma escala convencional única (0 – 100) passando desta forma a trabalhar-se com índices calculados sobre os *‘scores’* totais. Ou seja, a soma dos *‘scores’* p relativos aos n itens definidos para uma determinada dimensão da inovação foi reescalada ultrapassando, assim, o obstáculo de se trabalhar com diferentes valores máximos ($V_{Máx.}$) e mínimos ($V_{mín.}$) consoante o número de itens para cada variável e a escala de avaliação que lhe tiver sido atribuída. Em resumo, o procedimento adotado consistiu em duas etapas:

- 1) Apurar em função dos seus n itens o valor da i -ésima dimensão de inovação relativamente a uma certa unidade estatística observada:

$$V_i^{obs} = \sum_1^n p \quad p_{mín} \leq p \leq p_{Máx}$$

- 2) Converter esse valor para uma escala indexada:

$$IV_i^{obs} = \frac{V_i^{obs} - V_{mín}}{V_{Máx} - V_{mín}} \times 100$$

⁴ Por exemplo, a variável “*promotor da inovação*” - variável comum a todas as formas de inovação efetivamente consideradas no estudo - é pontuada no seguinte intervalo discreto: 1 se o promotor for outra empresa, 2 se for a empresa em parceria com outra entidade, e 3 sendo apenas a própria empresa; valorizando-se crescentemente com o grau de autonomia da empresa no processo.

Tratou-se do mesmo tipo de procedimento empregue no *Painel de Inovação Regional* (Comissão Europeia, 2014b), replicado no caso das variáveis explicativas elementares para efeito de interpretação da sua importância relativa em termos de estatística descritiva – particularmente no que respeita às medidas de tendência central e de dispersão. Procurando tornar mais intuitiva a leitura dos valores indexados, procedeu-se à seguinte classificação relativamente ao “estado” de cada variável (indexada) segundo uma escala ordinal por quartis: *muito modesto, modesto, bom e excelente*. Este procedimento foi estendido às variáveis latentes representativas dos fatores institucionais contemplados na análise quantitativa⁵.

Tendo em vista perceber se existiria associação entre as dinâmicas de inovação e a intensidade de interações não mercantis (incluindo ‘*spillovers*’ de conhecimento e partilha de informação estratégica redutora de custos de transação entre os múltiplos ‘*stakeholders*’ envolvidos nos vários ‘*clusters*’) recorreu-se a dois indicadores: o *índice de inovação local* e o *índice de sinergias locais*.

Tal reflete a perspetiva teórica de autores contemporâneos já citados, segundo a qual quanto mais um território estiver apetrechado com recursos *institucionais* (e.g. centros de produção e transferência de conhecimento, e comportamentos proativos das empresas e respetivos ‘*stakeholders*’), catalisadores de sinergias interorganizacionais de conhecimento e redução de risco na gestão empresarial, mais eficaz e eficiente será o processo de inovação desencadeado no aparelho produtivo local. Estas sinergias incluirão, por exemplo, o grau de competição e de capital relacional no seio da fileira aglomerada, ou a capacidade de ‘*networking*’ em cada unidade empresarial nela inserida no acesso ao conhecimento existente.

Na mensuração do índice de inovação local utilizou-se a média dos cinco índices elementares da inovação. Quanto ao índice de sinergias locais calculou-se com recurso à média aritmética dos atributos institucionais *específicos* à região; em contraponto aos institucionais *externos* à região (discriminados nas legendas das tabelas III a VI). Estes foram agregados numa média aritmética para proceder ao cálculo do indicador de sinergias *externas*, sob o argumento de que quanto mais

⁵ A título de exemplo, a base científica e tecnológica *local* (i.e. da região) é avaliada em função da média aritmética simples das seguintes variáveis de observação direta: i) *estudos realizados por universidades e centros de I&D favoráveis ao negócio*; ii) *localização geográfica das universidades e institutos politécnicos que atuam como parceiros de negócio*; iii) *localização geográfica dos laboratórios e instituições públicas de I&D enquanto parceiros de negócio*; iv) *localização geográfica dos laboratórios e instituições privadas de I&D enquanto parceiros de negócio*; v) *proporção de empregados habilitados com cursos superiores ou de formação profissional que tenham frequentado escolas da região*.

o território se configurasse como um *meio* (rural) *inovador* mais facilmente as empresas autóctones acederiam a redes *extraterritoriais* de inovação – reduzindo eficazmente a incerteza associada ao processo da inovação (Camagni, 1991). Por extrapolação, esta redução deverá induzir uma maior intensidade de investimento em atividades relacionadas.

Face ao exposto, os fatores institucionais (locais e externos) deverão evidenciar uma correlação significativamente positiva com o desempenho da inovação (local), na generalidade e por componente. O mesmo se espera, por um lado, entre as sinergias locais e a inovação; por outro, entre as sinergias externas e o investimento em atividades relacionadas.

4. RESULTADOS

O estudo, na parte baseada em entrevistas, permitiu concluir que entre os produtores é largamente consensual julgarem as suas organizações como parceiros, o que não impede todavia a existência de mercado individualismo e rivalidade. Este facto fragiliza a sua posição negocial perante os outros agentes económicos da fileira (as agroindústrias, as empresas agroalimentares e a grande distribuição), expondo-se seriamente ao risco de práticas comerciais típicas de monopsonio que não favorecem o consenso social quanto a uma repartição justa do valor gerado na respetiva cadeia.

Acerca das agroindústrias e empresas agroalimentares são notórias as suas ligações por via do *Agrocluster do Ribatejo*, uma associação institucionalizada que serve em larga medida como canal de acesso a um pacote de ajudas financeiras razoavelmente atrativo para reforçar a capacidade produtiva daquelas. Trata-se, de facto, de um excelente propulsor quer de economias (externas) de organização, quer de economias (internas) de escala ao atrair o necessário financiamento público aos investimentos privados em novos processos tecnológicos e novos mercados externos.

Quanto à perceção dos agentes políticos relativamente à iniciativa privada, existe o reconhecimento unânime dos autarcas entrevistados do quão importante é a fixação de empresas que criem postos de trabalho a preencher pela mão-de-obra local e cujos proprietários não desistam dos investimentos logo que cessem os possíveis benefícios fiscais. Da análise dos seus discursos sobressai uma clara preocupação não apenas com o benefício imediato para a

comunidade e finanças locais, como também em relação à valorização do capital humano endógeno (através da absorção individual de conhecimento codificado e tácito).

Em termos de análise correlacional, a investigação acerca da hipotética influência de certos atributos institucionais nas dinâmicas de inovação baseou-se em testes correlacionais não paramétricos⁶ – tabelas III a VI.

Tabela III - Correlação da inovação com os fatores institucionais específicos à região.

Fatores institucionais Dimensão de inovação	A111		A112		A113		A114	
	r_s	p	r_s	p	r_s	p	r_s	p
Inovação de produto	+0.27	0.004	+0.12	0.230	+0.22	0.022	+0.37	<0.001
Inovação de processo	+0.29	0.002	+0.26	0.007	+0.29	0.003	+0.38	<0.001
Inovação organizacional	+0.38	<0.001	+0.18	0.059	+0.27	0.004	+0.24	0.013
Inovação de marketing	+0.16	0.088	+0.18	0.055	+0.13	0.195	+0.35	<0.001
Investimento em atividades relacionadas com inovação	+0.32	0.001	+0.12	0.198	+0.15	0.118	+0.38	<0.001
Inovação local	+0.36	<0.001	+0.22	0.021	+0.29	0.003	+0.46	<0.001

Legenda: A111 - Base científica e tecnológica local; A112 - Centros locais de formação profissional; A113 - Parcerias locais com agentes do sector; A114 - Atuação do governo local.

Tabela IV - Correlação da inovação com os fatores institucionais específicos à região (conclusão).

Fatores institucionais Dimensão de inovação	A115		A116		A11	
	r_s	p	r_s	p	r_s	p
Inovação de produto	+0.18	0.061	+0.11	0.259	+0.29	0.002
Inovação de processo	+0.25	0.009	+0.33	<0.001	+0.44	<0.001
Inovação organizacional	+0.23	0.015	+0.31	0.001	+0.40	<0.001
Inovação de marketing	+0.20	0.040	+0.27	0.005	+0.31	0.001
Investimento em atividades relacionadas com inovação	+0.25	0.007	+0.25	0.008	+0.36	<0.001
Inovação local	+0.28	0.003	+0.33	<0.001	+0.47	<0.001

Legenda: A115 - Colaboração das instituições financeiras da região; A116 - Mercado local de trabalho; A11 - Institucionais específicos à região.

Tabela V - Correlação da inovação com os fatores institucionais externos à região.

Fatores institucionais Dimensão de inovação	A121		A122		A123		A124	
	r_s	p	r_s	p	r_s	p	r_s	p
Inovação de produto	+0.28	0.003	+0.14	0.137	+0.26	0.007	+0.36	<0.001
Inovação de processo	+0.30	0.002	+0.27	0.004	+0.30	0.002	+0.23	0.017
Inovação organizacional	+0.33	0.001	+0.20	0.035	+0.30	0.001	+0.22	0.020
Inovação de marketing	+0.13	0.188	+0.22	0.022	+0.23	0.017	+0.49	<0.001
Investimento em atividades relacionadas com inovação	+0.28	0.003	+0.16	0.090	+0.19	0.042	+0.42	<0.001
Inovação local	+0.33	<0.001	+0.26	0.007	+0.35	<0.001	+0.44	<0.001

Legenda: A121 - Base científica e tecnológica externa; A122 - Centros externos de formação profissional; A123 - Parcerias externas com agentes do sector; A124 - Atuação da Administração pública.

⁶ Nos quadros que se seguem r_s refere-se ao coeficiente de correlação (não paramétrica) de Spearman. A sua aplicação pressupõe que as variáveis não seguem uma distribuição normal de probabilidade. Tal foi confirmado por testes Kolmogorov-Smirnov (não apresentados). O valor p pode ser entendido como medida do grau de aderência dos dados recolhidos à hipótese nula.

Tabela VI - Correlação da inovação com os fatores institucionais externos à região (conclusão).

Fatores institucionais Dimensão de inovação	A125		A12		A1	
	r_s	p	r_s	p	r_s	p
Inovação de produto	+0.21	0.030	+0.36	<0.001	+0.34	<0.001
Inovação de processo	+0.28	0.003	+0.44	<0.001	+0.45	<0.001
Inovação organizacional	+0.25	0.007	+0.42	<0.001	+0.42	<0.001
Inovação de marketing	+0.25	0.009	+0.38	<0.001	+0.34	<0.001
Investimento em atividades relacionadas com inovação	+0.30	0.002	+0.41	<0.001	+0.39	<0.001
Inovação local	+0.32	0.001	+0.51	<0.001	+0.50	<0.001

Legenda: A125 - Colaboração externa das instituições financeiras; A12 - Institucionais externos à região; A1 - Institucionais (internos e externos à região).

Considerando os valores- p muito abaixo do limiar crítico convencional (0.05) é evidente que todas as variáveis elementares (logo, também as variáveis compostas) se exibem positivamente associadas a índices de inovação mais elevados nas empresas observadas.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas VII e VIII, em geral constata-se que os índices de sinergias de conhecimento *locais* e *externas* revelam-se modestos mas evidenciam uma significativa associação de sinal positivo respetivamente com o índice de inovação local e com o índice de investimento em atividades de inovação em todas as dimensões relevantes.

Tabela VII - Estatísticas relativas às medidas de localização, tendência central e teste de correlação para os índices de *inovação local* e de *sinergias locais*.

Estatísticas	<i>Índice de inovação local</i>	<i>Índice de sinergias locais</i>
Média (\bar{X})	46.50	36.40
Mediana (Med)	45.96	35.09
Desvio-padrão (s)	21.62	16.31
I.C.-95% (μ)	(42.46 ; 50.54)	(32.36 ; 40.44)
Mínimo (X_{\min})	2.72	18.92
Máximo (X_{\max})	86.69	64.70
N = 110	$r_s = 0.568$	p < 0.001

Tabela VIII - Estatísticas relativas às medidas de localização, tendência central e teste de correlação entre os índices de investimento em atividades de inovação e de *sinergias externas*.

Estatísticas	<i>Índice de investimento em atividades de inovação</i>	<i>Índice de sinergias externas</i>
Média	39.59	28.19
Mediana	38.75	24.92
Desvio-padrão	20.66	16.17
Mínimo	2.50	0
Máximo	92.50	82.73
I.C.-95% (μ)	(35.72 ; 43.47)	(25.15 ; 31.22)
N = 109	$r_s = 0.321$	p = 0.001

5. CONCLUSÃO

Da investigação realizada conclui-se que uma estratégia territorial de especialização inteligente para o Vale do Tejo deverá assentar no reforço da eficiência e da eficácia das políticas públicas orientadas para a inovação nos moldes a seguir descritos. Para a sua concretização, primeiramente, impõe-se o reforço da coordenação entre entidades públicas responsáveis pela legislação e regulamentação com base em maior interação entre as mesmas, numa perspetiva vertical e horizontal da administração central, evitando problemas de falta de harmonização de procedimentos, conceitos e regras e, assim, haver coerência com as prioridades inscritas na *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – 2015* (APA, 2008).

Em segundo lugar, é aconselhável um desenho organizacional em moldes mais achatados e compactos; i.e. com menos níveis hierárquicos e menos dispersos por múltiplos organismos afetos a diferentes ministérios cujas competências, por vezes, dão a ideia de se sobreporem perante a variedade e quantidade dos pareceres que são legalmente exigidos aos promotores de projetos de desenvolvimento rural – nomeadamente em atividades de agricultura e agroindústria.

Em terceiro lugar, da administração central espera-se uma visão estratégica a longo prazo e menos dependência das políticas públicas face ao ciclo político, demasiado curto para que quaisquer planos operacionais possam produzir resultados eficazes, em particular no tocante à valorização do território. Assim, sugerem-se as seguintes ações para uma maior eficiência coletiva, otimizando os recursos em prol de uma especialização inteligente:

- a. Estabelecer um pacto territorial, superando interesses grupais, entre os representantes das comunidades intermunicipais da Lezíria e do Médio Tejo, incluindo também associações empresariais e de consumidores/cidadãos residentes, procurando otimizar o ‘*trade-off*’ entre o tempo que demora a gizar planos regionais nessa base de democracia participativa e a prestação de contas dos decisores políticos perante o eleitorado.
- b. Implementar um sistema de avaliação externa de desempenho (‘*accountability*’) baseado em critérios como, por exemplo, o tempo de resposta esclarecedora aos pedidos de informação e de pareceres visando superar o imediatismo ou o imobilismo de que muitas vezes são acusados os governantes (a nível central e local). O que, todavia, não impede que se questione a qualidade da legislação produzida não só a nível nacional, mas também supranacional – nomeadamente nos órgãos competentes da União Europeia.

Em quarto lugar, aconselha-se a busca de economias organizacionais a partir da centralização de competências dos municípios nas comunidades intermunicipais; particularmente no que concerne à implantação e/ou gestão de polos industriais, parques de ciência e tecnologia, áreas de localização empresarial e outras infraestruturas por desencadearem economias externas de localização e ‘*spillovers*’ de conhecimento. Evitar-se-ia, assim, a multiplicação de infraestruturas coletivas de discutível utilidade social não havendo procura local suficiente para as mesmas.

Finalmente, havendo evidência empírica de que a *base científica e tecnológica local* constitui um dos fatores endógenos que favorece a inovação e a competitividade empresarial importa valorizar o sistema local de ensino a todos os níveis. Nas atividades extracurriculares urge, pois, o contacto direto com realidades empresariais de sucesso na fileira regional – das explorações agrícolas às unidades agroindustriais e agroalimentares. Essa urgente proximidade demonstra como a escola pública pode ser determinante na aprendizagem coletiva, dotando os territórios rurais de capital humano e fomentando gerações vindouras mais empreendedoras e civicamente melhor apetrechadas.

REFERÊNCIAS

- AMIN, A. e THRIFT, N. (1994), “Living in the global”. Em A. Amin, N. Thrift (orgs.), *Globalization, institutions and regional development in Europe*, Oxford University Press, pp. 2-17.
- APA (2008), “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015”, Lisboa, Agência Portuguesa do Ambiente.
- ASHEIM, B. (2007), “Sistemas regionales de innovación y bases de conocimiento diferenciadas: un marco teórico analítico”. Em M. Buesa and J. Heijs (coords.), *Sistemas regionales de innovación: nuevas formas de análisis y medición*, Madrid, Fundación de las Cajas de Ahorros, pp. 65-89.
- ARANCEGUI, M., QUEREJETA, M. e MONTERO, E. (2012), “Smart specialization strategies: a territorial strategy for regions”. *Cuadernos de Gestión*, 12, pp. 27-49.
- BOSCHMA, R. (2005), “Proximity and innovation: a critical assessment”. *Regional Studies*, 39 (1), pp. 61-74.
- BREZZI, M., DIJKSTRA, L. e RUIZ, V. (2011), “OECD extended regional typology: the economic performance of remote rural regions”. Working Paper nº 6, Serviço de Publicações da OCDE.
- CAMAGNI, R. (1991), “Local ‘Milieu’, Uncertainty and Innovation Networks: towards a new dynamic theory of economic space”. Em R. Camagni (org.), *Innovation networks: spatial perspectives*, Londres, Belhaven Press, pp.121-144.
- CHORINCAS, J., FEIO, P., MAMEDE, R. e RODRIGUES, D. (2011), “Políticas públicas inovadoras: o caso das estratégias de eficiência colectiva”. Em R. Baleiras (org.), *Casos de Desenvolvimento Regional Cascais*, Princípia Editora, pp.313-323.
- COMISSÃO EUROPEIA (2014a), “Regional dimension of innovation: smart specialization”.
- COMISSÃO EUROPEIA (2014b), “Regional Innovation Scoreboard 2014”.

- COOKE, P., HEIDENREICH, M. e BRACZYK, H.-J. (2004), "Regional Innovation Systems: the role of governance in a globalized world", Londres, Routledge.
- DOLOREUX, D. (2003), "Regional Innovation Systems in the Periphery: The Case of the Beauce in Québec (Canada)". *International Journal of Innovation Management*, 7 (1), pp. 67-94.
- DOSI, G. (1988b), "The nature of innovation process". Em G. Dosi, C. Freeman, R. Nelson, G. Silverberg, G. & L. Soete (orgs.), *Technical Change and Economic Theory*, Londres, Pinter, pp.221-238.
- FORAY, D., DAVID, P. e HALL, B. (2009), "Knowledge for growth: prospects for science, technology and innovation". *Selected papers from Research Commissioner Janez Potočnik's Expert group*.
- ESPON (2013), "POLYCE Metropolisation and Polycentric Development in central Europe".
- FORAY, D., DAVID, P. e HALL, B. (2011), "Smart specialization: from academic idea to political instrument, the surprising career of a concept and the difficulties involved in its implementation". *École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Management of Technology & Entrepreneurship Institute, Working Paper 2011, n°1*.
- GRANOVETTER, M. (1985), "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". *American Journal of Sociology*, 91, pp. 481-510.
- JENSEN, M., JOHNSON, B., LORENZ, E. e LUNDVALL, B.A. (2007), "Forms of knowledge and modes of innovation". *Research Policy*, 36, pp. 680-693.
- KIRAT, T. e LUNG, Y. (1999), "Innovation and proximity: territories as loci of collective learning processes". *European Urban and Regional Studies*, 6 (1), pp. 27-38.
- MIDTKANDAL, I. e SÖRVIK, J. (2012), "What is smart specialisation?". *Nordregio News*, 5, pp. 3-6.
- NELSON, R. e WINTER, S. (1982), "An Evolutionary Theory of Economic Change", Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press.
- OCDE (1996), "The Knowledge-Based Economy", Paris, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- OCDE (2005), "Building competitive regions: strategies and governance", Paris, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- OCDE (2013), "Innovation-driven growth in regions: the role of smart specialisation", Paris, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- OCDE/Eurostat (2005), "Oslo Manual. Guidelines for collecting and interpreting innovation data", Paris, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico/Comissão Europeia (Eurostat).
- OLIVEIRA, P. (2013), A influência do meio local nas dinâmicas de inovação do complexo agroalimentar do Vale do Tejo: análise e formulação de estratégias territoriais de ação coletiva. Tese de doutoramento, Lisboa, Escola de Gestão/Escola de Ciências Sociais e Humanas, ISCTE-IUL.
- PIORE, M. e SABEL, C. (1984), "The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity", Nova Iorque, Basic Books.
- POLANY, K. (1944), "The great transformation", Boston, Beacon.
- SCHMITZ, H. (1999). "Collective efficiency and increasing returns". *Cambridge Journal of Economics*, 23 (4), pp. 465-483.
- STORPER, M. (1997), "The regional world: territorial development in a global economy", Nova Iorque, The Guilford Press.
- TÖDTLING, F., LEHNER, P. e KAUFMANN, A. (2009), "Do different types of innovation rely on specific kind of knowledge interactions?". *Technovation*, 29, pp. 59-71.
- TÖDTLING F. e TRIPPL M. (2012), "Transformation of regional innovation systems: From old legacies to new development paths". Paper presented at ERSa Conference, Bratislava, August 21-26, 2012.
- TORRE, A. e GILLY, J.-P. (2000), "On the analytical dimension of proximity". *Regional Studies*, 34 (2), pp. 169-180.

- VIEIRA, R., MAJOR, M. J. e ROBALO, R. (2009), “Investigação qualitativa em contabilidade”. Em M. Major, R. Vieira, R. (orgs.), Contabilidade e controlo de gestão: teoria, metodologia e prática, Escolar Editora, pp.131-163.
- VELTZ, P. (2000), “Mondialisation, villes et territoires: L’Économie d’ Archipel”, Paris, Presse Universitaire de France.
- YIN, R. K. (2003), “Case Study Research: Design and Methods” (3^a ed.), Thousand Oaks, Sage Publications.